



MEMÓRIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: TRAJETÓRIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

José Antônio Gabriel Neto [*]; Luís Távora Furtado Ribeiro [**]

Em anos recentes, a pós-graduação tem sido objeto de estudo cada vez mais recorrente nas pesquisas educacionais. Partindo dessa premissa, este ensaio tem por objetivo refletir sobre a pós-graduação no Brasil e, mais especificamente, problematizar e discutir parte da história do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio das suas propostas formativas ao longo do tempo. Trata-se de estudo qualitativo de tipologia exploratória. Para tanto, fez-se uso de bibliografia especializada, como artigos acerca da pós-graduação em Educação, livros sobre o assunto bem como os documentos relativos à criação dos cursos de mestrado e doutorado em Educação da UFC. Os resultados obtidos indicaram que o Programa passou por um processo longo de maturação antes de sua criação e vem formando, com consistência, recursos humanos nos níveis de mestrado e doutorado há mais de 45 anos. Por fim, considerando a conjuntura dos últimos tempos, concluímos que existem desafios consideráveis a serem enfrentados, não só pelo Programa, mas pelo conjunto da pós-graduação nacional como um todo.

Palavras-chave: Pós-graduação. Universidade Federal do Ceará. Educação.

MEMORY, EDUCATION AND FORMATION: PATH OF THE GRADUATE PROGRAM IN EDUCATION AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF CEARÁ.

In recent years, graduate studies have been an increasingly recurrent object in educational studies. Based on this premise, this essay aims to reflect on postgraduate studies in Brazil and, more specifically, to rescue part of the history of the postgraduate program in Education at the Federal University of Ceará (UFC) through its training proposals throughout the time. For this purpose, specialized bibliography was used, as well as documents related to the creation of master's and doctoral courses in Education at UFC. The results obtained indicated that the program went through a long process of maturation before its creation and has been consistently training human resources at the master's and doctoral levels for over 45 years, although it still needs changes. Finally, we conclude that there are considerable challenges to the program and to the whole of the national postgraduate course, with an eye on the situation of recent years, which is quite harmful to the National



Postgraduate System as a whole, but with hope in future actions to continue to contribute to the Education in Ceará and Brazil.

Keywords: Postgraduation. Federal University of Ceará. Education.

MEMORIA, EDUCACIÓN Y FORMACIÓN: TRAYECTORIA DEL POSGRADO EN EDUCACIÓN DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE CEARÁ.

En los últimos años, los estudios de posgrado han sido un objeto cada vez más recurrente en los estudios educativos. A partir de esta premisa, este ensayo tiene como objetivo reflexionar sobre los estudios de posgrado en Brasil y, más específicamente, rescatar parte de la historia del programa de posgrado en Educación de la Universidad Federal de Ceará (UFC) a través de sus propuestas formativas a lo largo del tiempo. Para ello, se utilizó bibliografía especializada, así como documentos relacionados con la creación de cursos de maestría y doctorado en Educación en la UFC. Los resultados obtenidos indicaron que el programa pasó por un largo proceso de maduración antes de su creación y lleva más de 45 años formando recursos humanos de manera constante a nivel de maestría y doctorado, aunque aún necesita cambios. Finalmente, concluimos que existen desafíos considerables para el programa y para el conjunto del posgrado nacional, con la mirada puesta en la situación de los últimos años, bastante dañina para el Sistema Nacional de Posgrado en su conjunto, pero con esperanza en el futuro. acciones para seguir contribuyendo a la Educación en Ceará y Brasil.

Palabras clave: Posgrado. Universidad Federal de Ceará. Educación.

Introdução

A pós-graduação brasileira teve início em fins da década de 1950 e início da década seguinte. Ela despontou como um esforço para fortalecer a pesquisa no país, área em que ainda estávamos dando os primeiros passos a nível de formação de mestres e doutores. Os primeiros cursos surgiram em instituições, como a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, atual Universidade Federal de Viçosa, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Segundo Motta (2014), em 1963, havia 16 cursos de mestrado em funcionamento no Brasil, principalmente nas instituições citadas.

Dentre as áreas contempladas, naquele tempo, estavam principalmente as ciências agrárias, as engenharias e a química, o que refletia o esforço da Ditadura



Civil-Militar de estimular a indústria nacional dentro de um projeto capitalista, durante o período da Guerra Fria. A polaridade existente entre o bloco capitalista e o bloco comunista ditou a geopolítica mundial durante boa parte do século XX e o Brasil, obviamente, não estava alheio ao que acontecia no cenário internacional.

Assim sendo, a formação de recursos humanos de alta qualificação era importante não apenas para encorajar a produção industrial de modo direto, mas também para fomentar nas recém-criadas universidades do Brasil, a necessidade de elas terem mestres e doutores em seus quadros, fortalecendo, desse modo, o ensino de graduação, a fim de renovar as forças produtivas.

Com a promulgação do Parecer Sucupira em 1965 e a Reforma Universitária de 1968, o governo pôde, especialmente durante a década de 1970, promover um controle forte sobre as instituições de educação superior em todo o país. Vieira (1980, p. 125) aponta:

Assumindo o encaminhamento da reforma universitária, o Governo se anteciparia a outras camadas da população (como intelectuais e estudantes) e exerceria o controle sobre a inovação. Agindo assim, o Governo tinha em mãos os instrumentos para manipular a situação e ao mesmo tempo poderia preservar a antiga estrutura de poder, sem grandes rupturas com o padrão existente.

Esse controle era, portanto, a maneira de o regime ditatorial, fruto de um golpe de Estado, estar a par do que acontecia nas universidades brasileiras, então cenário de resistência política a tal regime. Ao mesmo tempo, era necessário investimento em tecnologia e inovação para que o país não se isolasse dentro da disputa entre os blocos antagonistas na Guerra Fria.

No ano de 2023, o Brasil conta com aproximadamente 4600 Programas de Pós-graduação (PPGs) em todos os Estados da Federação, porém em uma estrutura que ainda privilegia as capitais das unidades federativas. Não obstante, esse cenário vem modificando-se, sobretudo, porque temos acompanhado uma tendência de interiorização da educação superior em todo o território nacional nos últimos anos.

Entende-se por programa de pós-graduação o conjunto de atividades propostas e executadas pelas instituições proponentes, a fim de formar mestres e doutores habilitados para o exercício da docência nos níveis de Educação Básica, no caso da área de Educação, e Superior, bem como pesquisadores afinados com as tendências teórico-práticas, em vista da



execução de trabalhos de investigação complexos. Dessa maneira, consideramos que mestrados e doutorados são compostos de disciplinas, defesa de dissertação ou tese, mas também de realização de oficinas, palestras, participações em congressos das áreas respectivas, produções textuais em forma de artigos científicos, sejam estes para periódicos, capítulos de livro ou mesmo publicação de livros autorais, entre outros.

Partindo de tais considerações iniciais, este ensaio tem por proposição discutir a história de criação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Criado em 1977, e em pleno funcionamento até os dias atuais (2023), o Programa comemorou recentemente suas bodas de rubi por seus 45 anos de existência. A partir de um debate inicial sobre como a área de Educação teve seus primeiros cursos de mestrado e doutorado, em especial na região Nordeste do Brasil, pretendemos construir uma reflexão sobre a importância do PPGE/UFC para o estado do Ceará e diversas regiões do Brasil, uma vez que o programa possui forte poder de nucleação e já recebeu estudantes de diversos estados do país. O interesse no PPGE/UFC surgiu a partir de pesquisa realizada sobre o programa a nível de tese bem como a convivência neste durante 06 anos como estudante de mestrado e posteriormente de doutorado.

Nesse sentido, elaboramos as seguintes questões-problema: como deu-se a criação do PPGE/UFC? Qual proposta curricular norteou o Programa desde o seu início e quais foram suas modificações? Como o Programa evoluiu e está atualmente?

Metodologicamente, o estudo é do tipo documental com abordagem qualitativa. A pesquisa documental na história da educação assume grande importância, uma vez que os historiadores, ao recorrerem às fontes documentais, as problematizam e elaboram produções com cruzamento e confronto de fontes (CORSETTI, 2006). Para a realização deste ensaio, utilizamos bibliografia sobre a pós-graduação como os estudos de Ramalho e Madeira (2005), Neuenfeldt e Isaia (2008). O estudo de Loiola (1991) foi utilizado como fundamento para entender a fundação e os primeiros 14 anos do PPGE/UFC, enquanto o livro de Motta (2014) foi utilizado para discussão sobre a Ditadura Civil-Militar e também a pós-graduação. Por



fim, tivemos acesso a fontes primárias como os projetos do mestrado (1975) e doutorado (1994) em Educação da UFC.

Para alcançar os objetivos propostos e discutir as problemáticas anunciadas, este artigo foi dividido em três partes. Na primeira parte, fizemos um debate inicial sobre a pós-graduação em Educação ontem e hoje, suas origens, especialmente na região Nordeste do Brasil. A seguir, entramos na discussão histórica sobre o PPGE/UFC e, por fim, estabelecemos quais são as perspectivas após 45 anos de existência do Programa.

Entende-se que, dessa forma, contemplamos os aspectos necessários para a compreensão da história e importância do PPGE/UFC para a sociedade cearense e brasileira no geral.

Pós-graduação em Educação: do Brasil ao Nordeste

Este tópico do ensaio versa especificamente sobre a pós-graduação em Educação como uma área consolidada. Para isso, resolveu-se traçar uma pequena linha histórica da área, para compreendermos como ela estabeleceu-se na região Nordeste do Brasil, mais especificamente no estado do Ceará. Para estabelecer conexões com a política nacional, optamos por abordar brevemente os Planos Nacionais de Pós-Graduação, como trilha para contar essa história.

Foi a partir do documento relatado por Newton Sucupira, o parecer 977/65, que começou a organização institucional da pós-graduação brasileira, bem como uma reestruturação da malha já existente. O parecer tem, portanto, importância fundamental para compreendermos a maneira como a pós-graduação instalou-se e expandiu-se nos primeiros anos em solo nacional. Além disso, o parecer também se preocupava com a formação de recursos para as universidades recém-instaladas no Brasil.

A Educação como área de pós-graduação teve início em 1966, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), e foi se consolidando em vários estados nos anos seguintes. Havemos de considerar, como já discutido anteriormente, que o regime Civil-Militar estava no poder e, assim, a formação de pesquisadores e recursos humanos de



alto nível era uma demanda política, fundamental para a própria existência do regime em si, uma vez que a qualificação oferecida pela educação superior também era um meio de ascensão social para uma classe média apoiadora dos militares. Existe, portanto, uma contradição em relação ao que se entendia por educação formadora, politizada e cidadã, ao tempo que essa mesma educação era fiscalizada e comandada por um regime incontestavelmente autoritário.

Podemos dizer que, nas últimas seis décadas, a área de Educação vem se estabelecendo a partir de vários marcos temporais, como o Parecer Sucupira (1965), a reforma universitária de 1968, e os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG), construídos a partir do I PNPG, abrangendo o período de 1975-1980. Nesse ínterim, os cursos de mestrado começaram a surgir nas universidades federais, estas já mais consolidadas, enquanto que em anos mais recentes houve uma expansão forte de instituições estaduais, bem como de universidades privadas, especialmente no Ceará.

Assim, foram criados mestrados em Educação na Universidade Federal da Bahia em 1971, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal da Paraíba em 1977, e nas Universidades Federais de Pernambuco e Rio Grande do Norte no ano seguinte, 1978. Percebe-se, portanto, que esse início foi focado nas capitais e em instituições que já apresentavam algum porte de pesquisa. Essa tendência vem sendo modificada em anos recentes com a interiorização da educação superior como um todo, abrangendo, é claro, a pós-graduação.

Nesse mesmo período, em março de 1978, foi criada a ANPEd, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, órgão que em sua origem e nos dias de hoje tem a função de trabalhar pela consolidação, expansão e qualidade da pós-graduação em Educação, bem como promover debates nos encontros regionais, como por exemplo, o Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste (EPEN), e o evento nacional da ANPEd.

À ANPEd cabe o estímulo da produção na área de educação, fomento aos PPGs da área, promoção da participação da comunidade científica na elaboração de políticas educacionais, entre outros.



Na década de 1980, o II PNPG, elaborado para o período 1982-1985, já sinalizava uma crise institucional no regime civil-militar, isso por falta de apoio financeiro a esse regime conservador que, após mais de 20 anos, dependia excessivamente de investimentos externos. Além disso, o II PNPG estava fortemente ligado aos setores produtivos e visava aproximar universidades, pós-graduação e sociedade. O III PNPG, feito para o período 1986-1989, coincide com a queda do regime civil-militar e o estabelecimento de um período democrático, ainda que seguindo a ideia de conexão com o setor produtivo, numa tentativa de pelo menos amenizar a forte crise econômica enfrentada no governo Sarney, com inflação alta e baixa do poder de compra da população.

Dentro desse contexto, havia especificamente um desafio para a região Nordeste em fins dos anos 1980 e começo da década de 1990. Era vontade dos PPGs ali constituídos iniciarem a oferta de cursos de doutorado, o que seria uma maturação natural dos programas, bem como das pesquisas ali desenvolvidas. Segundo Ramalho e Madeira (2005), a ideia inicial era criar um curso de doutorado, em rede, que pudesse estar conectado com as principais instituições da região, possibilitando a criação de um curso com perfil diverso e com bastante força para atuação na formação a nível de doutorado. A ideia, no entanto, acabou não acontecendo e a abertura dos cursos de doutorado deu-se de maneira “tradicional”, com cada instituição oferecendo seu próprio curso.

Não obstante, a demanda pelos cursos de doutorado começa novamente na Universidade Federal da Bahia, em 1992. Em seguida, vieram os cursos de doutorado das Universidades Federais, tanto do Ceará e do Rio Grande do Norte (1994), como também de Pernambuco (2002) e da Paraíba (2003). Havia outros estados da região, como Sergipe, Piauí e Maranhão que iniciaram seus cursos de mestrado também nos anos 90, e hoje todos eles têm seus cursos de doutorado consolidados ou em processo de consolidação. Apenas o estado de Alagoas começou sua oferta tardiamente, já na década de 2010.

Em 2023, a área de Educação no Nordeste está consolidada com 37 Programas de Pós-graduação, entre as modalidades acadêmica e profissional, em todas as capitais e em muitas instituições no interior da região, proporcionando um atendimento amplo, embora não



ideal, aos professores que desejam ingressar na educação superior e também àqueles que tem outras pretensões na carreira.

História do programa de pós-graduação em Educação da UFC: da gênese aos dias atuais (1977-2023).

Para este ponto do nosso ensaio trazemos uma discussão sobre a gênese não só do PPGE/UFC, mas da universidade como um todo, para depois entrarmos apenas na pós-graduação em Educação, enfatizando, dessa maneira, a cultura de pós-graduação que, desde então, a UFC tem.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) foi criada em 1954, sendo a sétima instituição do tipo (universidade federal) criada no Brasil. A UFC originou-se a partir de várias faculdades estabelecidas em Fortaleza desde o início do século XX, sendo estas as Faculdades de Direito, Medicina, Odontologia e a Escola de Agronomia do Ceará. Todas as faculdades que deram origem à UFC ainda estão em funcionamento, algumas delas com mais de 100 anos de existência e contribuição para a sociedade cearense.

É preciso salientar, no entanto, que havia muito fortemente a demanda por docentes qualificados a atuarem na educação superior, o que é natural considerando que as universidades no Brasil ainda estavam dando seus primeiros passos na oferta de cursos de mestrado e doutorado. A chegada de órgãos na cidade de Fortaleza, como o Banco do Nordeste na década de 1950, foi fundamental para a elaboração de vários programas de treinamento e aperfeiçoamento por meio da UFC.

Assim, de acordo com o anuário estatístico da UFC (2019), o primeiro curso de mestrado a ser oferecido na UFC foi o de Matemática, em 1965. A seguir, em 1969, foi criado o mestrado em Bioquímica (iniciando em 1971); em 1970, o de Economia Rural, e em 1972 e 73 foram criados, respectivamente, os cursos de Economia e Fitotecnia. Já em 1975 são criados os mestrados em Ciências do Solo, Engenharia Agrícola, Sociologia, Tecnologia dos Alimentos e Recursos Hídricos. Em 1976, surgiram os cursos de mestrado em Zootecnia, Física e Química. Por fim, em 1977, os mestrados em Química Orgânica e em Educação.



Os professores da Matemática foram formados no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), e de lá muitos seguiram para os Estados Unidos para realizarem os seus doutoramentos. O grupo da Economia foi estudar na Fundação Getúlio Vargas e também nos Estados Unidos, ao passo que os docentes da Agronomia também se formou em universidades estadunidenses: alguns no Estado do Arizona e outros em Wisconsin.

Observa-se, portanto, uma tendência parecida com a discutida no início deste texto, quando se pontuou que os primeiros cursos a serem oferecidos estavam mais ligados ao setor produtivo e/ou às ciências exatas. Como podemos observar, a UFC privilegiou as ciências exatas e agrárias na criação dos seus primeiros cursos de pós-graduação. Também podemos aferir que a formação em pós-graduação nos Estados Unidos foi bastante presente, demonstrando mais uma vez a forte influência que a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) tinha tanto sobre o MEC quanto sobre a política educacional brasileira.

Essa tendência na criação dos cursos e na formação dos primeiros docentes dos PPGs da UFC, está de acordo com o próprio histórico de relacionamento da UFC com o Banco do Nordeste. Enquanto a Universidade entrava com as pesquisas, o banco financiava projetos daí advindos. Era uma parceria frutífera para as duas instituições, ainda mais considerando o caráter econômico do regime civil-militar.

Assim, apesar do seu funcionamento ter tido início apenas em 1977, a ideia de um mestrado em Educação ofertado pela UFC já era antiga, datando do início da mesma década. Até então eram realizadas pelos professores apenas algumas pesquisas isoladas, sem um programa concreto de pesquisa, estudo e formação.

Este quadro começa a mudar efetivamente em 1971, quando a FUNDAÇÃO FORD formaliza a adoção de recursos para a UFC, condicionando sua utilização à realização de um Projeto de Pesquisa Educacional numa área rural do Ceará e à formação de recursos humanos visando a criação de um curso de Pós-graduação. Este convênio envolveu SUDENE, MEC/DAU, MEC/DEF, Secretaria de Educação do Estado do Ceará e CAPES (LOIOLA, 1991, p. 107).

Essas parcerias, aliadas ao fato de que em 1975 o I PNPG foi colocado ao público, fortaleceram a necessidade de implantação dos cursos no país, redefiniram a natureza das



pesquisas desenvolvidas na Faculdade de Educação da UFC, como também possibilitaram uma discussão mais aprofundada em vista do desenvolvimento de uma pós-graduação *stricto-sensu*.

Dessa forma, começou a acontecer uma discussão real para a criação do mestrado em Educação. A primeira ação foi a criação de uma comissão, em 1975, que ficou responsável por avaliar as condições reais de criação do Programa. Posteriormente, essa mesma comissão ficou responsável por elaborar o projeto do curso. Compunham a comissão os professores José Anchieta Esmeraldo Barreto, Leonel Correia Pinto (relator), Raimundo Hélio Leite, Pe. José Maria Frota, Ernesto Neves e a professora Maria Nobre Damasceno.

A partir da formação desse grupo nasceu, então, o projeto do curso de Mestrado em Educação da UFC. Esse documento propunha que o curso de mestrado fosse dividido em 2 linhas de “desenvolvimento e aprofundamento” (UFC, 1975) para os mestrandos: a) desenvolvimento integrado; e b) desenvolvimento especializado; cada um com seus propósitos bem definidos.

O desenvolvimento integrado concentrava disciplinas e métodos que favoreciam o crescimento pessoal, e tinha por objetivos: a formação de uma inteligência social e crítica; o fomento da criatividade e do poder de síntese dos mestrandos, bem como autonomizar profissionais de modo a fazê-los progredir na própria profissão.

O mestrado integrado tinha, também, um conjunto de disciplinas específicas, tais como Fenomenologia, Filosofia da Educação, Psicodinâmica, Epistemologia Genética, Projeto de Desenvolvimento Pessoal, Teoria e Prática de Dinâmica de Grupo, entre outras. Por fim, o público-alvo do mestrado integrado era composto de profissionais, como por exemplo, os professores de Psicologia e Filosofia da Educação nas universidades, professores de Ciências Sociais e demais educadores interessados em cursar um mestrado.

Percebe-se, portanto, que a proposta inicial do curso era a de formar os professores universitários daquele tempo, dada a escassez de mestrados na área de Educação, como vimos anteriormente. Além disso, os objetivos demonstram um interesse claro pelo crescimento pessoal dos estudantes, a partir do estímulo de atividades humanísticas. Se o plano integrado



tocava na parte mais pessoal da formação, veremos a seguir que o especializado era mais próximo dos cursos que temos nos dias de hoje.

Como podemos perceber, eram duas linhas distintas, mas que, de certa forma, estavam dispostas de forma complementar. As áreas de concentração do desenvolvimento especializado eram variadas, tais como: pesquisa educacional, organização de sistemas escolares, educação especial, currículo e outras. São o que constituem hoje as linhas de pesquisa e os eixos temáticos do Programa, como veremos mais adiante.

Assim, o projeto do mestrado em Educação da UFC foi aprovado pelo Departamento de Educação da universidade em 02/07/1976, e finalmente começou a funcionar em 21/03/1977. É sempre interessante suscitar a lembrança de que a área de Educação é por natureza muito política e demanda ações sociais concretas a partir das pesquisas ali constituídas.

Isso, porém, foi bastante dificultado nos primeiros anos da Ditadura Civil-Militar, sendo que em 1977 ainda não havia sequer a Lei da Anistia, ou seja, a repressão política era bastante significativa e havia, obviamente, o temor do debate dentro do espaço acadêmico. Segundo Loiola (1991), as discussões de natureza política começaram a surgir apenas 06 anos depois, em 1983, com o regime já enfraquecido e o movimento por eleições democráticas a ganhar cada vez mais força.

Dessa forma, entende-se que os primeiros anos do curso de mestrado foram marcados por um viés mais tecnicista, em vez de discussões mais políticas. Isso só muda a partir dos anos 80, como veremos a seguir.

Embora tenha iniciado suas atividades em 1977, o mestrado em Educação só teve seu credenciamento junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1980, por meio do Parecer nº 1187/80, do então Conselho Federal de Educação (CFE), hoje Conselho Nacional de Educação (CNE). É interessante perceber que a essa altura a Coordenação já tinha seu sistema de avaliação ativo, iniciado também em fins dos anos 1970 (FERREIRA e MOREIRA, 2001). O PPGE/UFC estava, portanto, sendo avaliado desde o princípio pela própria CAPES e, é claro, pelo governo federal, ainda nas mãos dos militares.



Durante os seus primeiros anos, o Programa contava com 16 professores: 2 PhD, 1 livre docente e 13 mestres. Quando pediu e teve aprovado seu recredenciamento em 1986, por meio do Parecer nº 842/86 do CFE, o Programa passou a contar com 20 docentes: 11 doutores e 9 mestres, sendo que a maioria havia titulado na área de Educação e realizado doutoramento nos Estados Unidos (LOIOLA, 1991).

A partir da década de 1980, portanto, o cenário começou a mudar. Como vimos anteriormente, havia uma crise em relação ao regime político imposto e também no campo econômico. Isso enfraqueceu os agentes de repressão ali colocados e regulou, é claro, o modelo educacional proposto, o que acabou também reverberando mudanças no bojo da proposta do PPGE/UFC, como aponta Loiola (1991, p. 123-124):

Não obstante, os objetivos do mestrado foram redefinidos, aparecendo com uma formulação mais precisa. Em síntese, o Curso definia claramente que sua finalidade voltava-se agora para qualificar professores e preparar especialistas capazes de pesquisa em *função do desenvolvimento da comunidade*.

Entre os anos de 1979 e 1989, houve 71 defesas de dissertações de mestrado no Programa, em um número regular de aproximadamente 7 defesas em média por ano.

Com o advento dos anos 1990 ficou clara a necessidade da criação de um curso de doutorado. O mestrado, com 16 anos de bagagem, já estava maduro o suficiente para a criação do doutorado, na visão de quem fazia o PPGE/UFC. De acordo com o documento de reestruturação do mestrado, em vista da autorização do doutorado, as ideias ali expressas resultaram de um processo longo de maturação e pretendiam preparar o programa para os seus desafios futuros (UFC, 1994).

Prosseguindo com o PPGE/UFC, vimos anteriormente que o movimento para a criação de cursos de doutorado em Educação não surgiu apenas no Ceará, mas em vários estados da região Nordeste. Seguindo essa direção, o doutorado em Educação iniciou suas atividades em 1994.

Dentro do projeto de doutorado estavam mudanças importantes para os rumos do Programa. A área de concentração do Programa era o ensino, porém, como discutido previamente, isso fora descaracterizado e o Programa encontrava-se em um amálgama de áreas e formações.



A partir de então, com a nova proposta, a área de concentração seria a de Educação Brasileira, a qual permanece até os dias atuais, em 2023. Isso daria conta, ainda segundo a proposta de criação do doutorado, dos desafios e abrangência que o Programa almejava alcançar.

A estrutura do Programa também passou por alterações importantes. Se antes havia o mestrado integrado e o especializado, agora a nova matriz priorizava linhas de pesquisa e núcleos temáticos. As linhas de pesquisa formam um conjunto de núcleos confluentes dialogando entre si, mas sem perder cada um sua identidade própria.

Pensava-se, naquela época, que o doutorado era integrado ao mestrado e numa estrutura curricular mais enxuta para os mestrandos e doutorandos, sem que com isso houvesse prejuízo na formação em pesquisa educacional. Essa formação contava com seminários, palestras, estudos orientados, debates e discussões coletivas sobre os problemas de pesquisa de cada estudante, entre outras coisas. A estrutura privilegia, a partir de agora, a formação do pesquisador e da pesquisadora em Educação, profissionais aptos à análise e ao desenvolvimento de soluções para os problemas educacionais.

Dessa forma, o Programa agora já conta com algumas linhas prontas para a proposta de formação de doutores e mestres, a saber: Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola, Política Social e Educacional, Educação, Currículo e Ensino, Trabalho e Educação e Tópicos Especiais em Educação. Como podemos perceber, a identidade do PPGE/UFC sempre foi bastante plural, com pesquisadores possuindo filiações teóricas diversas e com diversidade temática bastante significativa. As linhas de Movimentos Sociais, Currículo e Ensino, Trabalho e Educação permanecem até os dias atuais, em 2023. A linha de Tópicos Especiais em Educação tinha por proposição estudar temas desvinculados das outras linhas de pesquisa, contanto que houvesse interesse, por parte de algum docente do Programa, de orientar determinada dissertação ou tese. Essa linha e a de Política Educacional, hoje encontram-se extintas.

Para além da estrutura em linhas e eixos de pesquisa havia, é claro, um conjunto de disciplinas a serem cursadas pelos mestrandos e doutorandos. Essa estrutura contemplava 3



eixos dentro do quadro de disciplinas: a área de concentração, a área de domínio conexo e os créditos livres (UFC, 1994).

A área de concentração era composta pelas disciplinas de Educação Brasileira (4 créditos), Correntes Modernas da Filosofia da Ciência (4 créditos), Seminário Temático I (o seminário estava de acordo com a linha escolhida pelo estudante no seu processo seletivo, também com 4 créditos), e, por fim, créditos cursados em outras disciplinas. Estudos Orientados I, II e III, de 1 a 3 créditos, respectivamente, e as atividades programadas, referem-se às produções dos alunos durante o seu período no Programa. A área de domínio conexo tinha por disciplinas Teorias da Educação (4 créditos), Pesquisa em Educação (4 créditos) e Seminários I, II, III e IV, de 1 a 4 créditos, respectivamente. Por fim, os créditos livres contavam com os seminários ministrados pelos professores do Programa, numa estrutura que permitia, assim, o intercâmbio entre linhas e núcleos temáticos, a fim de possibilitar uma troca maior de experiências e conhecimento entre docentes e discentes, fornecendo, desse modo, subsídios para uma formação complementar a exigida nos outros 2 eixos curriculares.

Dessa forma, a proposta curricular do Programa, quando o doutorado foi criado, está muito próxima da atual. É a base que permanece como espinha dorsal para a formação dos mestres e doutores no PPGE/UFC.

Hoje, o Programa teve uma modificação em relação ao período supracitado, isso em número de linhas de pesquisa e docentes permanentes. Existe uma linha com docentes em demasia, enquanto outras linhas são menores, gerando desequilíbrio entre as mesmas. O Programa hoje conta com 09 linhas de pesquisa, 30 eixos temáticos, anteriormente chamados núcleos, e aproximadamente 60 docentes, entre permanentes e colaboradores.

A proposta curricular do PPGE/UFC, em 2023, é propor aos estudantes ingressantes no mestrado e no doutorado, que eles cursem os seguintes componentes curriculares: Educação Brasileira ou Correntes Modernas da Filosofia da Ciência, para mestrado e doutorado (4 créditos). Teorias da Educação para os não graduados em Pedagogia (4 créditos), Seminário de Introdução ao Mestrado (2 créditos), Seminário de Introdução ao Doutorado (2



créditos), Seminário de Produção Científica (reuniões das linhas de pesquisa, 1 crédito), Estágio de Docência I (mestrado) e II e III (doutorado), Proficiência em Língua Estrangeira (1 crédito para o mestrado e 2 créditos para o doutorado), Pesquisa em Educação I (mestrado) e II (doutorado), Seminários temáticos (disciplinas relativas a cada linha ofertada pelo Programa, 4 créditos), Qualificação (1 crédito) e Defesa de dissertação ou tese, 6 e 12 créditos, respectivamente. Por fim, há a obrigatoriedade de cursar disciplinas optativas, completando o ciclo formativo para obtenção do grau de mestre/mestra, doutor/doutora em Educação.

A estrutura curricular atual privilegia, portanto, uma formação baseada na pesquisa, com orientação sobre o projeto de cada estudante, bem como uma formação humanística geral, perpassando aspectos históricos (Educação Brasileira) e teóricos (Teorias da Educação), além de disciplinas focadas em vários aspectos das ciências humanas em geral, dialogando sempre com a Educação. Essa formação possibilita ao egresso o domínio de muitos aspectos da educação e das humanidades em geral.

É preciso lembrar, também, que em 2016 o Brasil foi assolado por um golpe de estado e, nos últimos anos, com o governo que esteve no poder entre 2019 e 2022, seguiu na contramão do que se entendia como política educacional nos 15 anos anteriores. Não houve, nesse período, sequer a formatação de um novo Plano Nacional de Pós-graduação, o que dificultou sobremaneira a atuação e a ampliação de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação. O desafio hoje é superar essas barreiras para continuar a formar com qualidade.

Considerações Finais

Podemos considerar que o Programa de Pós-graduação em Educação da UFC tem uma importância histórica, não apenas para a região Nordeste, mas para o Brasil como um todo. Tendo recebido estudantes das mais diversas filiações formativas, licenciaturas e bacharelados, além de uma diversidade geográfica de relevo, constitui-se como um Programa de impacto para a Educação no estado do Ceará. Tendo sido também o primeiro PPG em



Educação do estado, formou centenas de professores que atuam nos níveis básico e superior no Ceará, e em diversos outros estados.

Dessa forma, entende-se que os desafios que permeiam o Programa são imensos, tais como: equilíbrio do número de docentes por linha de pesquisa; alcance social ainda maior; internacionalização; e uma reorganização das linhas e eixos para deixar o programa mais enxuto.

Fica claro que a criação do Programa foi um movimento necessário para a consolidação da Universidade Federal do Ceará como celeiro de pesquisas, haja vista que o PPGE foi um de seus primeiros programas, bem como ajudar na formação de professores universitários, especialmente nos anos 1970 e 1980, e mais recentemente criou-se um laço forte com a formação de recursos humanos para a atuação na Educação Básica. O desafio hoje está em continuar a atender uma demanda necessária, sem perder a qualidade de ensino e pesquisa que permeiam o Programa.

Dessa forma, acreditamos que as questões-problema anunciadas no início do texto foram respondidas, uma vez que os aspectos históricos do PPGE/UFC bem como seu atual estado foram debatidos no escopo do artigo. Há uma mudança significativa em termos curriculares, o que obviamente acompanha uma tendência natural de evolução e maturação do Programa com o tempo.

Nesse sentido, entende-se que uma ação necessária é continuar a ter docentes em pós-doutorado, acompanhamento de egressos, boa produtividade em relação aos produtos exigidos, entrando nesse rol, artigos, capítulos de livros e livros, que inclusive tem uma produção significativa no contexto do PPGE, e a renovação constante dos quadros para a entrada de jovens doutores que possam contribuir para a consolidação cada vez maior do Programa no cenário educacional do estado.

Finalizados 45 anos de existência, o PPGE deve preparar-se para o seu jubileu de ouro em 2027, sempre ciente que a Educação no Brasil está permanentemente cercada por desafios e ações políticas que podem fortalecê-la ou dificultar sua atuação.



REFERÊNCIAS

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação da UNISINOS. UNirevista, São Leopoldo, Editora UNISINOS, v. 1, n. 1, p. 32-46, janeiro, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MOREIRA, Regina da Luz. Capes, 50 anos. Depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília: CAPES, 2001.

LOIOLA, Francisco Antonio. Pesquisa e Pós-graduação em Educação no Brasil: o caso do mestrado em Educação da Universidade Federal do Ceará, 173 f. Trabalho de conclusão de curso (Dissertação) - Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1991.

MARCHETTI, Maria Lujan. Universidade: produção e compromisso. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As Universidades e o Regime Militar: cultura política e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NEUENFELDT, Manuelli Cerolini; ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. Pós-graduação e Pós-graduação em Educação no Brasil: um breve histórico. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, Editora PUC-Campinas, v. 1, n. 24, p. 85-95, junho, 2008.

RAMALHO, Betania Leite; MADEIRA, Vicente de Paulo Carvalho. A pós-graduação em Educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, ANPED, s/v, nº 30, p. 70-81, set-dez, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Centro de Estudos Sociais Aplicados – Departamento de Educação. Projeto do Mestrado em Educação. Fortaleza, 1975.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Faculdade de Educação. Processo de recredenciamento do curso de mestrado em Educação (Autorização para o Curso de Doutorado). Fortaleza, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Reitoria. Anuário Estatístico da UFC 2019 (base 2018). UFC: 2019. Disponível em:
<https://www.ufc.br/a-universidade/documentos-oficiais/322-anuario-estatistico>. Acesso em: março de 2023.



VIEIRA, Sofia Lerche. Ensino Superior: o discurso do projeto da reforma de 1968, 145 f, Trabalho de conclusão de curso (Dissertação) - Mestrado em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1980.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutor em Educação – Pós-doutorando em Educação e Ensino pela Universidade Estadual do Ceará. Bolsista CAPES. – <https://orcid.org/0000-0002-3136-6860> – prof.gabrielneto@outlook.com

[**] Doutor em Sociologia – Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFC – <https://orcid.org/0000-0002-1063-4811> - luistavora@uol.com.br

Submetido em: 31 de março de 2023.

Aprovado em: 04 de julho de 2023.

Publicado em: dezembro de 2023.